



Faculdade Presbiteriana
Mackenzie
Brasília

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

CURSO LLM EM DIREITO ADMINISTRATIVO, SANCIONADOR E REGULATÓRIO

Objetivo do curso

Proporcionar aos profissionais do Direito, com atuação nas áreas do Direito Administrativo, do Direito Sancionador e do Direito Regulatório e suas variadas temáticas atuais, elementos doutrinários e jurisprudenciais para a formação de interpretação analítica da Constituição Federal e crítica das novas legislações e paradigmas aplicáveis, além da essencial compreensão da jurisprudência e dos precedentes judiciais formados pelas Cortes Superiores (STJ/STF), bem como pelos entendimentos das Cortes de Contas e das Agências Reguladoras.

Público-alvo

Advogados privados, Advogados públicos, Membros da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública, Servidores Públicos do Poder Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal, Servidores Públicos das Agências Reguladoras, Servidores Públicos dos Tribunais e das Cortes Superiores, Servidores Públicos dos Tribunais de Contas e integrantes dos departamentos jurídicos de Sociedade de Economia Mista e de Empresas Públicas.

Diferenciais

As aulas serão ministradas com enfoque na prática jurídica relacionada aos temas específicos, sem deixar de abordar a necessária análise da doutrina e jurisprudência, aliando a prática e a teoria no desenvolvimento do aprendizado do conteúdo.

O curso aborda de maneira aprofundada os principais temas do Direito Administrativo contemporâneo, além do Direito Sancionador e do Direito Regulatório, proporcionando ampla formação para a atuação na área do Direito Público específica, a qual exige conhecimento de diferentes áreas do Direito que interagem e se complementam para o desempenho orgânico e sinérgico das atividades profissionais na área privada e pública.

O corpo docente do curso é composto, essencialmente, por mestres e doutores em Direito com experiência acadêmica e integralmente formado por profissionais com efetiva experiência em suas áreas de atuação e correlatas aos temas do curso, entre os quais Advogados Públicos e Privados, Assessores de Ministros das Cortes Superiores, membros da Magistratura e do Ministério Público, além de servidores de órgãos públicos com atuação na Administração Pública direta e indireta.

Em todos os módulos, o curso também prevê a realização de atividades de conteúdo prático, por meio de seminários participativos, oficinas temáticas, análise de casos concretos, entre outras, com o objetivo de proporcionar a experimentação do conteúdo teórico em simulações de atividades profissionais, correspondendo ao modelo pedagógico CHAVE da FPMB.

Modalidade: híbrido (aulas remotas ao vivo/síncronas e encontros presenciais);

Duração: 12 meses

Carga horária: 380 horas/aula

Dias e Horários: terça-feira e quinta-feira, das 19:00 às 22:00 horas; (sextas e sábados agendados);

Coordenador Geral: Prof^a. Msc. Juliana Daher Delfino Tesolin

Investimento: Parcelas a partir de R\$ 872,00 (condições dependendo de convênios e desconto pontualidade).

ESTRUTURA CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

| MÓDULO | COMPONENTE CURRICULAR | CH |
|---|--|-----|
| I – Administração Pública e Constituição Federal - 70 h | Direito Administrativo e a Constituição Federal: novos paradigmas da Administração Pública | 14h |
| | Atos Administrativos, Bens e Serviços Públicos: A interpretação das Cortes Superiores | 14h |
| | Responsabilidade Civil do Estado: A interpretação das Cortes Superiores | 14h |
| | Intervenção do Estado na Propriedade e no Domínio Econômico: A interpretação das Cortes Superiores | 14h |
| | Direito Ambiental: A interpretação das Cortes Superiores | 14h |
| II – Licitações, Contratos Administrativos e Fazenda Pública em Juízo - 70 h | A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos | 14h |
| | Tópicos avançados de Contratos Administrativos | 14h |
| | Concessões e Permissões na Administração Pública | 14h |
| | Fazenda Pública em Juízo | 14h |
| | Oficina: Fazenda Pública em Juízo | 14h |
| III – Temas Contemporâneos de Direito Administrativo- 70 h | LINDB – Os novos parâmetros de interpretação do Direito Público | 14h |
| | LGPD na Administração Pública | 14h |
| | <i>Compliance</i> no âmbito do Poder Público | 14h |
| | Consensualidade na Administração Pública | 14h |
| | Mediação e Arbitragem na Administração Pública | 14h |
| IV – Direito Administrativo Sancionador - 70 h | Elementos Estruturantes do Direito Sancionador | 14h |
| | Lei de Improbidade Administrativa – Aspectos Materiais e Processuais | 14h |
| | Lei Anticorrupção - Aspectos Materiais e Processuais | 14h |
| | Teoria Geral do Processo Administrativo Disciplinar: Teoria e prática | 14h |
| | Tópicos avançados de Direito Sancionador | 14h |
| V - Direito Regulatório - 70h | Elementos Estruturantes do Direito Regulatório | 14h |
| | Agências Reguladoras: Estrutura, funções e o modelo brasileiro | 14h |
| | Direito Concorrencial e Econômico - CADE | 14h |
| | Tribunal de Contas da União e Regulação | 14h |
| | Tópicos avançados de Direito Regulatório | 14h |

- **Seminário Direito Administrativo, Sancionador e Regulatório (14h):** Palestras com convidados especiais e/ou atividades programadas);
- **Métodos e Técnicas de Pesquisa (16 h).**

CORPO DOCENTE

Ana Karenina Silva Ramalho Andrade

Doutoranda e Mestre em Direito pela UnB. Advogada da União. Foi Subprocuradora-Geral da União. Atualmente, Procuradora Nacional da União de Servidores Públicos e de Militares da Procuradoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa (CNPq/UnB) Processo Civil, Acesso à Justiça e Tutela de Direitos. Diretora Jurídica da Associação Brasileira de Processo Civil - ABPC. Membro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo - ANNEP. Vice-presidente da Comissão Nacional da Advocacia Pública do Conselho Federal da OAB.

André Cavalcanti Erhardt

Mestre em Direito pela Universidade de Brasília. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Direito da Concorrência pela Fundação Getúlio Vargas. Procurador Federal. Assessor de Ministro do STJ.

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

Livre-docente pela USP, Doutor e Mestre pela PUC-SP. Pós-doutorado na Universidade de Boston. Foi Consultor-Geral da União e Procurador-Geral Interino na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Colunista do site Consultor Jurídico (Conjur).

Cassio Cavalcante

Mestre em direito do Estado (PUC/SP) e doutor em educação (UCB/DF). Professor universitário. Advogado da União. Procurador-geral da Anatel. Foi consultor jurídico do Comando da Aeronáutica e do MEC, consultor jurídico adjunto do MCTI e do MJ. Foi membro titular da banca suplementar (exame oral – direito constitucional) dos concursos públicos de ingresso na carreira de advogado da União de 2012/2013 e 2015/2016. Autor de livro, capítulos e artigos em revistas especializadas.

Artur Gomes de Castro

Especialista em Regulação da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, desde 2017. Foi Analista Judiciário, exercendo os cargos de Chefe de Gabinete e Assessor de diversos Conselheiros, no Conselho Nacional de Justiça – CNJ, entre 2014 e 2023. Possui Graduação em Direito na Universidade Federal de Goiás – UFG (2006), Mestre em Direito Estado e Constituição pela Universidade de Brasília - UnB (2021). Possui experiência na presidência de comissões e processos administrativos sancionadores (disciplinares – PAD e de responsabilização de pessoa jurídica - PAR).

Fabiano da Rosa Tesolin

Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Direito Constitucional pelo IDP/DF. Graduado em Direito pela PUC/PR. Coordenador do LLm em Processo nas Cortes Superiores da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB). Professor da Graduação em Direito da FPMB. Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Ex-Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Secretário-Executivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Fabio Monnerat

Doutor, mestre e especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Procurador Federal. Gestor de Precedentes Qualificados da Procuradoria Geral Federal. Coordenador e professor do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/São Paulo. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP. Membro Efetivo da Comissão de Direito Processual Civil da OAB São Paulo. Autor e coordenador de publicações com ênfase em Direito Processual Civil e Direito Público e dos livros "Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil" (6a ed.) e "Súmulas e Precedentes Qualificados: técnicas de formação e de aplicação", ambos pela editora Saraiva.

<http://lattes.cnpq.br/0795995319125272>

João Pires de Carvalho Junior

Mestrando em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Formado em Direito pela UniDF, com especialização em Direito Processual Civil pelo UniCEUB. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Exerceu a função de assessor da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Instrutor Interno da Escola Corporativa do Superior Tribunal de Justiça (ECORP/STJ). Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Juliana Daher Delfino Tesolin

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito de Família pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Mestre em Direito pelo UniCEUB. Doutoranda em Direito pela Universidade Presbiteriana (UPM). Professora da Graduação em Direito da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília (FPMB). Instrutora Interna do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ex-Assessora-Chefe da Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Advogada.

Maria Rosa Guimarães Loula

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998), mestrado e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007). É Procuradora Federal desde 2002. Atualmente é Secretária Adjunta de Assuntos Ambientais, Sociais e de Justiça na Secretaria de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Foi Diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) e do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), ambos no Ministério da Justiça (MJ). Foi Conselheira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Procuradora na Agência Nacional do Petróleo (ANP) e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e foi Diretora de Regulação da Educação Superior (Direg/SERES) no Ministério da Educação (MEC). Ocupou, ainda, os cargos de Assessora e Chefe de Gabinete do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Maximiliano Ferreira Tamer

Mestre em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Advogado da União, Ex-Assessor de Ministro no STJ por 18 anos, Instrutor da Escola Corporativa do STJ desde 2008. Ex-Consultor Jurídico do MAPA.

Samuel Rodrigues de Miranda Neto

Assessor de Ministro no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mestre em Direito, Regulação e Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Tércio Tokano

Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela UEL e em Direito Público pela Universidade de Brasília (UNB). Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado da União de carreira, exerceu os cargos de Coordenador-Geral de Defesa da Probidade, Procurador-Regional da União da 3ª Região e Adjunto do Advogado-Geral da União. Atuou como representante da AGU perante o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Exerceu, ainda, o cargo de Subchefe Adjunto de Assuntos Institucionais da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, e de Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Exerce o cargo de Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Vitor Marques

Advogado. É Mestre e Doutorando em Direito pela PUC-SP. Foi Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos e da Justiça de Cotia/SP, Secretário de Administração da Câmara de Barueri e Chefe de Gabinete da Secretaria de Governo da Prefeitura de São Paulo. Autor de livros e artigos jurídicos. Assessorou a elaboração da nova Lei de Improbidade Administrativa, sancionada em 2021.